

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.990, DE 2024

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a consistência e regularidade do auto de infração de trânsito (AIT) registrado por sistema de videomonitoramento, aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, e dá outras providências.

Autora: Deputada DAYANY BITTENCOURT

Relator: Deputado GILBERTO ABRAMO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Durante a deliberação do Projeto de Lei nº 2.990, de 2024, na reunião da Comissão de Viação e Transportes realizada em 11 de dezembro de 2024, sugeriu-se a inclusão, ao final da redação do § 2º-A do art. 2º do substitutivo, da expressão “**nos termos estabelecidos pelo Contran**”. Essa modificação busca aperfeiçoar a redação do texto e garantir maior clareza normativa.

Portanto, com a incorporação dessa modificação, aprovamos o Projeto de Lei nº 2.990, de 2024, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado GILBERTO ABRAMO

Relator



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.990, DE 2024

Altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a consistência e regularidade do auto de infração de trânsito registrada por sistema de videomonitoramento, aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a consistência e regularidade do auto de infração de trânsito registrada por sistema de videomonitoramento, aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual.

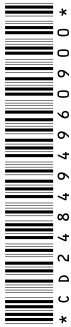
Art. 2º O art. 280 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º-A:

“Art. 280.
.....
.

§ 2º-A O auto de infração de trânsito registrada por sistema de videomonitoramento, aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual deverá conter, além dos requisitos previstos no *caput*, a imagem com a placa do veículo no momento da infração, nos termos estabelecidos pelo Contran.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta dias de sua publicação oficial.



Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado GILBERTO ABRAMO
Relator

